
A disputa sobre o imaginário social da ditadura militar no Brasil¹

Helder Marques de Sousa COELHO²

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP.

RESUMO

Este artigo procura refletir sobre o imaginário formado pela sociedade a respeito da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985), levando em consideração as estratégias adotadas na época pelos militares para conquistarem o apoio da população ao regime; o surgimento de novas versões sobre o que ocorreu naquele período a partir da restauração das liberdades democráticas; e, finalmente, a atual disputa entre grupos antagônicos para ganhar a opinião pública sobre a possibilidade ou não do retorno dos militares ao poder, situação impensável até poucos anos atrás. Esta reflexão se vale dos conceitos de imaginário social, notadamente de Backzo, Castoriadis e Morin, e da análise de recentes posicionamentos sobre a questão apresentados na mídia para apresentar como o assunto se mostra extremamente atual, mesmo transcorridas três décadas do fim do regime de exceção, verificando como o cenário político e econômico no presente influi na percepção do passado por aqueles que não vivenciaram aquele período ditatorial.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário social. Representações simbólicas. Ditadura militar. Dominação política. Antagonismo social.

Passados mais de trinta anos do retorno à democracia no País, após o fim do regime militar instaurado entre 1964 e 1985, os acontecimentos vividos naquele período de exceção continuam povoando o imaginário da sociedade brasileira. Mais do que isso, trava-se cotidianamente uma verdadeira disputa entre aqueles que foram vítimas da ditadura e os que articularam ou apoiaram o golpe, numa batalha para ganhar a adesão da opinião pública.

Essa disputa pela representação do que foi o governo comandado pelos militares por mais de duas décadas envolve também quem não viveu aqueles tempos, mas que guarda imagens positivas ou negativas daquele período, notadamente a partir de comparações com o atual e conturbado momento da política brasileira.

Este artigo procura promover reflexões acerca do imaginário sobre a ditadura militar, analisando esse embate entre grupos antagônicos para consolidar ou não a legitimidade das ações praticadas pelos governos militares.

-
1. Trabalho apresentado no GP Comunicação, Imagem e Imaginário, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 4º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
 2. Mestrando da UMESP, email: heldermarkes610@gmail.com

Uma das considerações importantes a sublinhar nessa análise é como a realidade, o cotidiano, convivem com o imaginário. Para Edgar Morin, o complexo imaginário surge por meio de uma série de imagens que nos impregnam, “como uma secreção placentária, que nos envolve e nos alimenta”. Ou seja, mesmo em estado de vigília, o homem está sempre envolto por uma nuvem de imagens, pelas suas “fantasias” (1970, p.247).

Mas não é só esse sonhar acordado, os amores que supõe feitos de sangue e lágrimas apenas são postais frustrados animados, representações delirantes. As imagens infiltram-se entre si e a sua percepção, permitindo-lhe ver o que pensa ver. A substância imaginária confunde-se com a nossa vida anímica, com a nossa realidade afetiva (MORIN,1970, p.247).

Morin destaca que o homem vai se enriquecendo geneticamente nas transferências imaginárias, fazendo com que o imaginário seja “o fermento do trabalho do eu sobre si próprio e sobre a natureza, através da qual se constrói e desenvolve a realidade do homem”. Portanto, não é possível supor a dissociação do imaginário da natureza humana, por ser sua “parte integrante e vital” (1970, p. 249).

Como indica Pierre Bourdieu (1989), o universo simbólico insere-se na vida cotidiana, nas relações de poder, por meio da reprodução de desejos, sonhos, incompreensões e emoções, entre outros sentimentos e aspirações, que surgem muitas vezes por fatores externos aos grupos sociais. Assim, o universo simbólico dos indivíduos “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder objetivo” (BORDIEU, 1989, p. 15).

Por muito tempo, os estudiosos entenderam que o imaginário se opunha ao real, ao verdadeiro, em razão do predomínio da filosofia racionalista. O imaginário seria uma ficção, sem consistência ou realidade, algo que não é palpável ou tangível, que se distancia da realidade econômica, política ou social. Outros autores que se dedicaram ao tema pensam de outra forma. Michel Maffesoli considera que “o imaginário é algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos parte do coletivo”. Para o autor, é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade etc, que estabelece vínculo, o que ele denomina de “cimento social”. (apud MACHADO DA SILVA, 2001, p. 76)

Mesmo os campos mais racionais, como as esferas política, ideológica e econômica, são recortados por imaginários. O imaginário tudo contamina. {...} Para além da argumentação, persuasiva, impõe-se a sedução, ou seja, a emoção. Em política, cada vez mais a persuasão, caso se aceite este oxímoro, funciona pela sedução. Convence-se pela emoção. O imaginário político trabalha a argumentação através de um arsenal de mecanismos emocionais, como os símbolos de um partido, as datas que devem ser comemoradas, os heróis e mitos que devem ser lembrados, os ritos que precisam ser atualizados. (MAFFESOLI apud MACHADO DA SILVA, 2001, p.78).

Aprofundando esse cruzamento entre imaginário e política, o autor deixa claro que há pontos em comum entre ideologia e imaginário, mas a primeira tem características essencialmente racionais, porque a visão ideológica exige interpretação, explicação e elucidação. Já o imaginário apresenta alguns elementos de racionalidade, mas contém outros parâmetros, “como o onírico, o lúdico, a fantasia, o imaginativo, o afetivo, o não-racional, o irracional, os sonhos {...}”. Em resumo, “o homem age porque sonha agir”. Maffesoli pondera ainda que “o imaginário é a aura de uma ideologia, pois, além do racional que o compõe, envolve uma sensibilidade, o sentimento, o afetivo” (apud MACHADO DA SILVA, 2001, p.76-77).

As afinidades do imaginário com a ideologia, na concepção do autor, são encontradas também na noção de que o imaginário é determinado pela ideia de fazer parte de algo, “na partilha de uma filosofia de vida, uma linguagem, uma atmosfera, uma ideia de mundo, uma visão das coisas, na encruzilhada do racional e do não-racional” (apud MACHADO DA SILVA, 2001, p.80).

A distinção entre imaginário e cultura também é ressaltada pelo pensador francês. Ele concorda que, no sentido antropológico, a cultura contém uma parte do imaginário, mas alerta que ela é mais abrangente do que o imaginário. Sob a perspectiva filosófica, porém, o imaginário não se restringe à cultura, possuindo certa autonomia, algo de imponderável, por se tratar de um “estado de espírito que caracteriza um povo”. Maffesoli cita o que Walter Benjamin denomina de “aura” nas obras de arte para afirmar que “o imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável” (apud MACHADO DA SILVA, 2001, p.75).

Semelhantemente à concepção de Maffesoli sobre o “cimento social”, Cornelius Castoriadis refere-se ao “magma das significações imaginárias sociais”, ao afirmar que há uma unidade da instituição total da sociedade, ou seja, um imenso complexo de

significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida da sociedade e de todos os indivíduos que a constituem (CASTORIADIS, 1987, p.230).

Somos todos, em primeiro lugar, fragmentos ambulantes da instituição de nossa sociedade – fragmentos complementares, suas “partes totais”, como diria um matemático. A instituição produz indivíduos conforme suas normas, e esses indivíduos, dada sua construção não apenas são capazes de, mas obrigados a reproduzir e instituição. A “lei” produz os “elementos” de tal modo que o próprio funcionamento desses “elementos” incorpora e reproduz – perpétua – a “lei”. (CASTORIADIS, 1987, p.230).

Assim como vem acontecendo com as ações do regime militar no Brasil, que estão sendo ressignificadas na atualidade por grupos sociais que pregam o retorno dos militares ao poder como uma tábua de salvação para a crise política do país, o imaginário pode ser reinterpretado no presente, como atesta Castoriadis. Ele lembra que “o antigo entra no novo com a significação que o novo lhe dá, e não poderia entrar nele de outra maneira”. Como exemplo, Castoriadis destaca que ideias e elementos gregos antigos, ou cristãos, foram, no correr dos séculos, “contínuamente ‘redescobertos’ e remodelados (re-interpretados) no mundo ocidental”, com o propósito de satisfazer “os esquemas imaginários, do `presente`” (1987, p.238).

Bronislaw Backzo (1985) mergulha ainda mais na presença do imaginário na rotina social, descartando qualquer aproximação com significados como “ilusório” ou “quimérico”. Ele argumenta que o imaginário atua como um sistema que age de forma coerente e articulada, e está vinculado a aspectos da vida em sociedade, da coletividade global e local, das peculiaridades de um grupo, além de presente nas subjetividades dos agentes sociais (BACKZO, 1985, p.298).

A importância do imaginário nos acontecimentos históricos e na legitimação das estruturas sociais para a modelagem de pensamentos e comportamentos é destacada pelo autor. Segundo Backzo, “o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva, a fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade” (BACKZO, 1985, p.302).

Backzo cita Maquiavel para chamar a atenção sobre o uso do imaginário nas relações de poder. Recordando a frase do autor de “O Príncipe” - “Governar é fazer crer”-, Backzo diz que Maquiavel elaborou uma teoria das aparências, dos instrumentos

de dominação simbólica, para que o Príncipe pudesse auferir prestígio entre os seus súditos (1985, p.301).

Apoiando-se na filosofia hegeliana, Backzo observa que é nas ilusões “que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, bem como o lugar que lhe cabe na `lógica da história`” (1985, p.303).

Frequentemente, os comportamentos sociais não se dirigem tanto as coisas em si, mas aos símbolos dessas coisas. As representações coletivas exprimem sempre, num grau qualquer, um estado do grupo social, traduzem a sua estrutura atual e a maneira como ele reage frente a tal ou tal acontecimento, a tal ou tal perigo externo ou violência interna (BACKZO, 1985, p.306).

O pensador volta-se ainda para os três tipos de dominação política enunciados por Weber - a dominação tradicional, a carismática e a burocrática -, com o intuito de enfatizar os diferentes sistemas de representações coletivas nos quais se fundamenta a legitimidade dos poderes; sistemas que “regulam e orientam eficazmente as atitudes e comportamentos de obediência, ao mesmo tempo que motivam os dominados no sentido de obedecerem ao poder” (1985, p.307).

Todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar, acredita Backzo (1985, p.309).

Todo o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo, acrescenta Backzo. Isto porque na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário apropriado pelo poder estabelecido. Ele avalia que qualquer instituição social, especialmente as instituições políticas, participa de um universo simbólico que a envolve. E frisa que a representação simbólica constitui o motivo de conflitos entre dominantes e dominados (1985, p.310).

O autor argumenta que, ao longo da história, os poderes inventaram um conjunto de dispositivos destinado a garantir um lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais. Nas épocas de crise de um poder, é intensificada a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, “em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade” (1985, p.310).

Tomando como exemplo o período estalinista na antiga União Soviética, Backzo registra o monopólio absoluto dos meios de informação, bem como o controle sobre o cinema, as ciências, as escolas etc., mas adotando como estratégia “a repressão acompanhada por uma gigantesca encenação e orquestrada por uma propaganda desenfreada” (1985, p.326).

Se é no presente que a reconstituição do passado é arquitetada como recurso para a construção de um futuro que corresponda aos anseios do presente, cabe salientar as práticas de armazenamento e esquecimento do passado. Michael Pollak (1989) explica que há uma ação de “enquadramento da memória”, na qual é selecionado o que será lembrado e o que deve ser esquecido.

Por muito tempo, os militares valeram-se da propaganda e do ensino para desenhar uma história que não era compatível com a realidade. Sobre a doutrinação ideológica da memória, Pollak crê que as lembranças “esperam o momento propício para serem expressas” e afirma que, embora tenham ficado confinadas ao silêncio durante muito tempo, elas “permanecem vivas”, porque “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (1989, p.5).

O autor enfatiza que essa memória “proibida”, e portanto “clandestina”, em algum momento passa a ocupar toda a cena cultural, comprovando o fosso que separa a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica.

Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” {...}. Este exemplo mostra a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto) crítica do passado (POLLAK, 1989, p. 5).

A busca por um imaginário hegemônico

Na análise do pensamento dos pesquisadores que se debruçaram sobre o imaginário social verificamos que o imaginário vincula-se aos tempos da ditadura militar, de várias maneiras. De um lado, por exemplo, pelos slogans elaborados na época pela propaganda governamental (“Você constrói o Brasil”, “Ninguém segura este país”, “Brasil, conte comigo”, “Este é um país que vai pra frente”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”); por músicas ufanistas (“Eu te amo meu Brasil”, da dupla Don e Ravel); e

por programas de TV (“Amaral Neto, o Repórter”, e o quadro “Semana do Presidente” no programa Silvio Santos).

Igualmente pela tentativa de identificar o regime com a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa de 1970; pela ideia do “milagre econômico”, de um “Brasil Grande”; e na apropriação de símbolos da Pátria, como a bandeira nacional e o lema “ordem e progresso”. A representação imaginária foi estimulada ainda por meio dos discursos que pregavam o “perigo comunista” e faziam a exaltação do nacionalismo.

Além de utilizar fortemente a propaganda como arma de convencimento da população, tentando cooptar corações e mentes com o emprego de slogans que procuravam transmitir ideais desenvolvimentistas e patrióticos, o governo militar adotou outros métodos.

Para calar a oposição, impor uma única versão dos fatos e impedir a propagação de episódios incômodos ao governo, o regime militar não hesitou em restringir a livre manifestação do pensamento, praticar a censura, proibir espetáculos e produtos culturais, prender e perseguir adversários, praticar a tortura e mesmo executar aqueles que considerava adversários.

Em um viés contrário, o imaginário social daqueles tempos também imbrica-se com a utilização do termo “anos de chumbo”; com as músicas “Apesar de você”, de Chico Buarque; “É proibido proibir”, de Caetano Veloso; “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré; com as montagens dos grupos teatrais Oficina, Arena e Opinião; e com os filmes de Glauber Rocha, entre outros.

Surgiram crescentemente, ainda durante o governo ditatorial, as versões discordantes do regime, estampadas principalmente nos jornais da imprensa alternativa, inclusive por meio do humor, como “O Pasquim”; e nos livros que recontavam a história da ditadura, alguns deles com grande êxito editorial (tal como “O que é isso, companheiro?”, de Fernando Gabeira, que chegou a 40 edições).

Essa visão sobre os excessos do regime também foi exposta a uma parcela mais expressiva da população em novelas e minisséries da TV, tais como “Anos Rebeldes”, na Globo; “Amor e Revolução”, no SBT; e mais recentemente em “Os dias eram assim”, também na Globo.

Ficaram marcadas na memória da sociedade brasileira muitas imagens registradas pela imprensa, como a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro; de

Vladimir Herzog enforcado em uma cela; do retorno dos anistiados; das manifestações pelas eleições diretas e dos atentados terroristas da extrema-direita, notadamente a explosão de uma bomba no Rio-Centro.

Assim, com a redemocratização do País, passou a dominar a tese de que o lugar dos militares é na caserna, longe do palco político. Reforçou-se a versão de um regime opressor, que abusou da repressão e da censura, que envolveu-se em práticas de tortura e execuções para manter-se no poder.

O amordaçamento das críticas à ditadura militar por dezenas de anos ainda apresenta consequências na atualidade, provocando tensionamentos entre os protagonistas de ambos os lados. Com a decretação da Lei da Anistia, em 1979, os integrantes e apoiadores do governo militar esperavam que todos os acontecimentos envolvendo a violenta repressão aos grupos de esquerda fossem esquecidos. As iniciativas de trazer à tona alguns episódios mais brutais da ditadura, entre elas a do relatório *Projeto Brasil: Nunca Mais*, que colheu milhares de informações sobre a repressão política, e o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, são apontadas frequentemente como atitudes revanchistas.

O general Oswaldo Muniz Oliva - pai do ex-senador do PT e ex-ministro de Dilma, Aloizio Mercadante - por exemplo, em livro publicado em 2002, faz uma crítica contundente aos que investem contra os atos praticados pelos militares.

“Alguns se especializaram em escrever novelas ou filmes com textos aparentemente históricos, mas com conteúdo que valoriza alguns de seus ‘heróis’, subvertendo a verdade”, frisa o general, para quem “todos os radicais violentos que pretendiam, pelas armas, implantar o comunismo (com dinheiro estrangeiro ou roubado) – padrão Fidel Castro – em nossa terra são travestidos em heróicos defensores da democracia”. Para o general, estes tratam apenas de “explorar, constante e cíclicamente, temas sobre mortos, desaparecidos, torturas etc”, descumprindo a Lei da Anistia. “Não perdem oportunidade para negar a paz – grande objetivo da lei – e o silêncio sobre o passado, que tanto os beneficiou” (OLIVA, 2002, p.101).

Mesmo militares que se aproximaram da oposição, como o almirante Mário César Rodrigues Pereira, que foi ministro da Marinha do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, concordam com essa tese. Em depoimento aos pesquisadores Celso Castro e Maria Celina D’Araújo, o almirante considerou que a reação dos militares contra os esquerdistas “ pode ter sido exagerada, suja, mas foi uma consequência” e

pregou o respeito integral à anistia, sob o seguinte argumento: “Um lado tem que calar a boca e ficar quieto. O outro lado tem o direito de ficar a vida inteira dizendo que tem ferida e que tem que dar um jeito de curá-la? Não. Tem que calar a boca também e ficar quieto” (CASTRO; D’ARAÚJO, 2001, p.283).

O oficial entende que as torturas, mortes e desaparecimentos teriam sido esquecidos se o povo brasileiro tivesse sofrido como outros povos sofreram.

É que nós não temos esse sofrimento, somos um povo feliz. Quando acontece uma coisa, aquilo é maximizado ao extremo. E olha, a quantidade de gente que sofreu é ínfima, em relação ao que se vê por aí afora. Compare com Argentina, Chile, Cuba, Iugoslávia. O que se fez aqui foi irrisório (CASTRO; D’ARAÚJO, 2001, p. 284).

Mas as manifestações em defesa do regime militar após a democratização do País eram isoladas, pontuais, geralmente provenientes de figuras diretamente ligadas às Forças Armadas. Já em 2013, aproveitando-se da onda de protestos que tomou conta do Brasil, marcada por demonstrações de insatisfação generalizada contra os Poderes Executivo e Legislativo e por meio de uma série de reivindicações difusas, grupos favoráveis à intervenção militar foram às ruas, embora fossem visivelmente minoritários.

Em 10 de julho daquele ano, houve o primeiro ato público reivindicando expressamente a intervenção militar no Brasil, convocado por grupos denominados "Amigos da Guarda Civil", "Anti-Neo Ateísmo", "Cristianismo On-line", "Igreja Internet para os Necessitados" e "Conservadorismo Brasil". Mesmo com inexpressivo número de participantes, a manifestação na avenida Paulista, em São Paulo, chamou a atenção da imprensa, especialmente por relembrar a famosa marcha realizada por organizações civis pouco antes do golpe de 1964.

No Facebook, os organizadores a intitularam de "Marcha da família com Deus, em defesa da vida, da liberdade, da pátria e da democracia, contra o comunismo", e pediam a adesão de interessados, com dizeres carregados de simbolismo:

Venha combater a foice e o martelo. As cores de nossa bandeira são verde, amarela, branca e azul anil. Não queremos a cor vermelha. Vermelha de comunistas, de socialistas, vermelha do sangue, do sangue do povo sugado pelos políticos podres, vampiros, genocidas. Sangue dos inocentes, sangue do suor, sangue do terror, sangue da morte (SP:...,2013).

A presença de grupos pregando o retorno dos militares ao poder continuou nas várias manifestações populares promovidas a partir da acirrada polarização política provocada pelo processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, iniciado em 2 de dezembro de 2015 na Câmara dos Deputados e concluído em 31 de agosto de 2016.

Na votação contra o impeachment, o deputado federal Jair Bolsonaro fez questão de anunciar que seu voto seria em homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI na ditadura militar e apontado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos como responsável por 60 casos de morte e desaparecimentos.

A homenagem fez com que o deputado fosse acusado por outros parlamentares de ferir o decoro parlamentar. Ao depor na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, em 8 de novembro de 2016, Bolsonaro - chamado de “Mito” por seus seguidores – voltou a reverenciar Ustra, classificando-o como “herói”.

O impeachment de Dilma e as seguidas revelações da Operação Lava Jato animaram ainda mais os entusiastas da intervenção militar. O general Rômulo Bini Pereira, ex-chefe do Estado Maior do Ministério da Defesa, que costumeiramente redigia artigos nesse sentido em publicações ligadas a clubes militares, publicou um artigo no jornal O Estado de S. Paulo, em 15 de dezembro de 2016, que obteve maior repercussão.

Sob o título de “Alertar é preciso”, o artigo frisa que os adeptos da adoção de uma intervenção militar “vêm crescendo visivelmente”.

Não se tem conhecimento se são adeptos de uma ação direta *manu militari* ou de um apoio total e participativo num novo governo não eleito pelo voto popular. São cidadãos de meia-idade que conviveram com o regime militar e consideram o período de proveito para a sociedade brasileira. Por terem a mesma visão, a eles se juntam jovens revoltados e sem esperanças de melhoras na crise que o País vive. Já não se intimidam com o patrulhamento e com o “politicamente correto” tão apregoado no Brasil. Alegam que as Forças Armadas cultuam princípios e valores que não veem em outras instituições e que elas seriam a única solução para a crise atual (PEREIRA, 2016).

Fazendo uma análise da crise política e econômica vivida atualmente pelo país, o general Bini Pereira adverte que nesse cenário de “desgraças”, o País poderá ingressar numa situação de ingovernabilidade, “tornando inexequível o regime democrático

vigente”. No entender do oficial da reserva, “se o clamor popular alcançar relevância, as Forças Armadas poderão ser chamadas a intervir, inclusive em defesa do Estado e das instituições” (PEREIRA, 2016).

Até mesmo um oficial da ativa, o general Antonio Hamilton Mourão, falou abertamente sobre a possibilidade de uma intervenção militar durante palestra realizada em uma loja maçônica de Brasília, em 15 de setembro de 2017, quando garantiu que o Exército tem ‘planejamentos muito bem feitos’ sobre o assunto. Segundo Mourão, “até chegar o momento em que ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós temos que impor isso” (apud VALENTE, 2017).

Mais incisivo, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, em artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo em 5 de outubro de 2017, defendeu um golpe de Estado no País, mesmo ao arrepio da lei.

A intervenção militar será legítima e justificável, mesmo sem amparo legal, caso o agravamento da crise política, econômica, social e moral resulte na falência dos Poderes da União, seguida de grave instabilidade institucional com risco de guerra civil, ruptura da unidade política, quebra do regime democrático e perda de soberania pelo Estado (PAIVA, 2017).

Para justificar a ação dos militares, o general argumenta que as Forças Armadas assumirão o papel de “recuperar a estabilidade do País” e “pacificar” a sociedade, ressaltando que se o Judiciário não tiver condições de deter o agravamento da crise nacional, em médio prazo poderá levar as Forças Armadas a tomarem atitudes indesejáveis” (PAIVA, 2017)

A disputa sobre o imaginário da ditadura militar na atualidade torna-se ainda mais evidente pelo grande número de reportagens, artigos, entrevistas e documentários veiculados nos últimos anos pela mídia a respeito. É o caso da edição digital brasileira do jornal El País, da Espanha, que publicou dois textos relacionados ao tema, ambos fazendo uma comparação com percepções do passado e do presente. Em reportagem de 27 de novembro de 2017, com o título “O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade”, o jornal procura esclarecer como o regime militar criou a imagem de um “milagre econômico” entre os anos de 1968 e 1973. A partir da análise de economistas, a matéria indica que os militares mudaram a fórmula de reajuste da remuneração dos trabalhadores pela inflação, o que resultou em arrocho salarial. O crescimento econômico também teria sido possível

graças ao farto financiamento internacional, devido principalmente à instalação e expansão de indústrias multinacionais no País. Ao deixarem o poder em 1984, a dívida representava 54% do PIB segundo o Banco Central, quase quatro vezes maior do que na época que eles tomaram o poder em 1964 (SANZ; MENDONÇA, 2017).

Outra afirmação recorrente dos adeptos do militarismo abordada pela reportagem do El País é a de que naquele período não havia corrupção. Em entrevista com o historiador Pedreira Campos, autor do livro *“Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”*, este assegura que ocorreram vários casos de corrupção e era mais fácil que essas práticas ocorressem porque não havia investigação ou divulgação pela imprensa (SANZ; MENDONÇA, 2017).

Em um artigo de Eliane Brun, “A Globo, do outro lado do paraíso”, publicado no El País em 28 de outubro de 2017, a jornalista analisa como a Rede Globo passou a ser tachada de “golpista” por setores mais progressistas e de “comunista” por grupos de direita mais radicais. A articulista atenta para o fato de que a pecha de “golpista” não se restringe ao passado de ligação da empresa de comunicação com a ditadura ou à edição do último debate entre Collor e Lula nas eleições presidenciais de 1989, mas também ao protagonismo no “golpe parlamentar” que tirou Dilma da Presidência da República (BRUN, 2017).

No entanto, o que ela classifica como “novidade” é a emissora ser acusada de “comunista”, “pró-Lula”, “pró-PT” e até ‘pró-Cuba’. Eliane Brun conta que a hashtag “#GloboLixo” está sendo adotada na internet, “por motivos muito diversos e até mesmo opostos, unindo campos que têm se mostrado inconciliáveis no cotidiano do país” (BRUN, 2017).

A jornalista do El País analisa também a “nova construção de sentidos” dada ao comunismo por parte dos fundamentalistas evangélicos, que resumem “ser comunista” a “corromper nossas crianças, acabar com a família brasileira, estimular a pedofilia e fazer todo mundo virar gay”, revivendo, de outra forma, as marchas da Família, com Deus e pela Liberdade, marcadamente católicas, que precederam o golpe de 64. “Mas, no Brasil atual – e na era da internet – isso aparece com nova roupagem e com novos atores e com muito mais virulência, o que torna tudo mais complicado” (BRUN, 2017).

Mais recentemente, na greve nacional dos caminhoneiros realizada no final de maio de 2018, o tema da volta da ditadura militar voltou à baila. Um estudo feito nas

redes sociais pela Fundação Getúlio Vargas verificou que, entre os dias 20 e 30 de maio, a discussão sobre a intervenção militar somou 952.500 tuítes. O estudo verificou ainda que, entre as hashtags mais utilizadas durante a paralisação, estavam: #intervencao militarja (13.300 ocorrências), #brasilnarua (9.200 ocorrências), #foratemer (5.300 ocorrências) e #euapoiagiovedoscaminhoneiros (4.900 ocorrências).

O jornal El País realizou também um levantamento dos principais perfis do Facebook que estavam impulsionando o tema da intervenção. Entre os cinco primeiros, encontravam-se as páginas “O Brazil de Fora do Brasil” (145.000 seguidores), “Cruzada pela Liberdade” (294.000), “General Mourão – Eu Apoio” (231.000) e “Intervenção Militar no Brasil” (430.000).

A grande imprensa, que inicialmente apoiou o golpe de 1964, desta vez tem procurado mostrar posicionamento contrário a essa alternativa, seja em editoriais, artigos ou em comentários na rádio e TV, assim como boa parte das lideranças políticas do País rechaça essa possibilidade. Entretanto, é notório que o debate sobre a intervenção militar vem se acirrando nos últimos anos e tende a ganhar mais força ainda durante a campanha eleitoral, considerando que um dos candidatos mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais faz a defesa veemente do período em que os militares comandaram o Brasil.

Embora a Comissão Nacional da Verdade tenha revelado as circunstâncias e a autoria de diversos crimes praticados por integrantes das Forças Armadas no período ditatorial, as autoridades militares nunca se dispuseram a pedir desculpas pelas arbitrariedades cometidas, o que leva a crer que será necessário percorrer um longo percurso ainda para que o passado ditatorial seja analisado sem passionalismos e distorções.

Considerações finais

Tomando como referência o período da ditadura militar no Brasil, que vigorou por 21 anos e buscou ganhar a consciência dos cidadãos - seja pela força ou pela persuasão da propaganda -, é possível verificar que houve a desconstrução da imagem propagada pelos militares a partir do advento de um contexto de maior liberdade de pensamento, em que os atores sociais puderam recontar a história oficial, com o acréscimo de outros pontos de vista opostos aos que até então vinha sendo veiculados.

Da mesma maneira, observamos que as representações simbólicas podem ser ressignificadas e assimiladas por gerações que não vivenciaram aquele período em razão de uma conjuntura política e econômica desfavorável, que alimenta o imaginário de que é necessária uma solução salvacionista, mesmo fora dos padrões consolidados pela Constituição de 1988.

Até poucos anos atrás, seria impossível imaginar a hipótese do retorno dos militares ao poder, mas o que se vê são reiterados avanços daqueles que relevam as práticas condenáveis durante a fase ditatorial e idealizam um modelo baseado na “ordem”, no “combate firme à corrupção”, na “luta contra a ameaça comunista” e na aplicação de “valores morais e cristãos”.

Se é através do imaginário social que uma coletividade forma a sua identidade e estabelece modelos formadores para a divisão dos papéis e posições sociais, não é de se estranhar a contenda entre os defensores da intervenção militar e aqueles que pregam o absoluto respeito aos princípios democráticos. Como atesta Backzo, o imaginário social é “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder” (1985, p.310).

Portanto, as representações sociais demonstram a multiplicidade da apreensão do real por parte dos diferentes segmentos da sociedade e explicitam que nem sempre o predomínio de uma determinada percepção em um momento histórico é suficiente para conter as contrariedades, dinâmicas e a pluralidade da vida social.

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.296-332.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1989.

BRUN, Eliane. A Globo, do outro lado do paraíso. **El País**. São Paulo, 28 nov2017. Disponível em: <http://elianebrum.com/desacontecimentos/a-globo-do-outro-lado-do-paraiso/>. Acesso em 04 dez.2017.

CASTORIADIS, Cornelius . **As encruzilhadas do labirinto: Os domínios do homem**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Celso; D`ARAÚJO. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MACHADO DA SILVA, Juremir. O imaginário é uma realidade. Entrevista com Michel Maffesoli. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n.15, p.74-82, ago.2001.

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário**. Ensaios de Antropologia. Lisboa: Moraes, 1970.

OLIVA, Oswaldo Muniz 2002 Brasil: o amanhã começa hoje. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha . Intervenção, legalidade, legitimidade e estabilidade. **O Estado de S. Paulo**, 5 out.2017. Disponível em: <http://opinioao.estado.com.br/noticias/geral.intervencao-legalidade-legitimidade-e-estabilidade,70002027984>. Acesso em 04 dez.2017

PEREIRA, Rômulo Bini. Alertar é preciso! (2). **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 dez.2016. Disponível em: [em:http://opinioao.estado.com.br/noticias/geral,alertar-e-preciso-2,10000094619](http://opinioao.estado.com.br/noticias/geral,alertar-e-preciso-2,10000094619). Acesso em 03 dez.2017.

POLLAK, Michael (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Helóisa. O lado obscuro do “milagre econômico” da ditadura: o boom da desigualdade. **El País**, São Paulo, 27 nov.2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em 03 dez.2017.

SP: Marcha em “defesa da liberdade” pede volta dos militares ao poder. **Terra**, São Paulo, 10 jul.2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder.e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em 05 dez.2017.

VALENTE, Rubens. General fala em intervenção se Justiça não agir contra corrupção. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 set. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/Poder/2007/09/1919322-general-do-exercito-ameaca-impor-solucao-para-crise-politica-no-pais.shtml>. Acesso em 03 dez.2017.